



ATA REUNIÃO - COMITÊ DE ÉTICA E INTEGRIDADE TRT-6

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Identificador/Tema	1ª Reunião do Comitê de Ética e Integridade em 2025
Data	10/04/2025
Horário (início/término)	10h00 - 11h30
Local	Sala de reuniões da Presidência

2. PAUTA

ID	Descrição do item
01/2025	Acompanhamento do Plano de Ação para implantação do e-Prevenção no Tribunal
02/2025	Implantação da Política de Combate à Fraude e Corrupção
03/2025	Pesquisa da Percepção sobre Integridade com inclusão da pergunta se o magistrado(a) ou servidor(a) já realizou alguma capacitação/curso que INCLUA a temática INTEGRIDADE
04/2025	Fomento às práticas de Integridade no Tribunal
05/2025	Acompanhamento do Indicador IINT (Índice de Integridade), introduzido por meio da revisão do Plano Estratégico da JT, bem como dos Indicadores do Plano de Integridade do Tribunal..

3. PARTICIPANTES

Nome		Lotação
1	Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara	Presidência (Coordenador)
2	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro	Juiza Titular da 4a Vara do Trabalho do Recife (Vice-Coordenadora)
3	Matheus Ribeiro Rezende	Juiz Titular da 7a Vara do Trabalho do Recife
4	Izabela Luquet Lins e Silva Guimarães	Ouvidoria
5	Marcelo Pedrosa de Souza	Representante da Presidência
6	Luciano José Falcão Lacerda	Diretoria-Geral
7	Érika Antunes de Araujo Gusmão	Assessora da Diretoria-Geral
8	Cristiane Machado Nascimento	Secretaria Geral Judiciária

9	Luciana Von Sohsten	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
10	Jeane Nunes De Queiroz	Coordenadoria de Governança e Contratações e Obras
11	Alexsandra Monteiro da Silva	Coordenadoria de Integridade, Processos e Iniciativas Nacionais (CIPIN)
12	Camila Villa-Chan Pereira Charifker	Divisão de Governança em Pessoas
13	Antiógenes Carneiro Pereira Filho	Escola Judicial

4. CONVIDADOS

Nome		Lotação
1	Maria Eduarda Vaz	Coordenadoria de Comunicação Social
2	Ana Luiza Tavares Soares da Silva	Divisão de Governança em Pessoas

5. DESENVOLVIMENTO

O Coordenador do Comitê de Ética e Integridade, Dr. Eduardo Câmara, agradeceu a presença de todos(as) e deu início à reunião. Em seguida, passou a palavra à servidora Alexsandra, que explicou a motivação do Tribunal para dedicar esforços à implementação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) — uma iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU) em parceria com as Redes de Controle da Gestão Pública, alinhada à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Destacou que o objetivo central do programa é incentivar a adoção de práticas de integridade pelas organizações públicas, visando reduzir sua exposição a fraudes e corrupção. Como fruto dessas ações, foi desenvolvido o Sistema e-Prevenção, ao qual o TRT-6 aderiu, estando sujeito a avaliações periódicas pelo TCU.

Em 2024, ao elaborar o Plano Institucional de Integridade do TRT-6, o Comitê decidiu incorporar as ações do e-Prevenção ao plano institucional, a fim de evitar sobreposição de esforços.

Na sequência, Alexsandra apresentou o Diagnóstico de Integridade do TRT-6, elaborado pelo TCU. O relatório apontou que o Tribunal apresenta um ALTO nível de suscetibilidade à fraude e corrupção. A análise dos cinco eixos do e-Prevenção revelou os seguintes percentuais de aderência: 80% no eixo Prevenção; 60% em Detecção de Fraudes; 0% em Investigação; 40% em Correção; e 0% em Monitoramento — evidenciando maior progresso nos eixos de prevenção e detecção. Luciana observou que muitas ações do questionário dependiam da publicação da Política de Enfrentamento à Fraude e Corrupção, ocorrida em 19 de dezembro, o que pode indicar uma melhora na avaliação do Tribunal após a próxima atualização.

Alexsandra também apresentou a nova versão do Painel de Denúncias de Quebra de Integridade. Explicou que a publicação do material havia sido autorizada pela Presidência anterior, mas que o acesso ao painel no site institucional está dificultado pela necessidade de muitos cliques. Dr. Eduardo sugeriu que a Coordenadoria de Comunicação Social avalie a possibilidade de facilitar o acesso. Em relação às denúncias de assédio, Alexsandra apontou uma possível subnotificação. Marcelo se comprometeu a contatar Joana (Comissão de Assédio) ou Carol para esclarecer a situação. Dr. Eduardo também sugeriu incluir no painel informações sobre os Termos de Ajuste de Conduta (TAC). Luciano identificou inconsistências nos números de sindicâncias e PADs e solicitou a correção.

A seguir, Alexsandra apresentou os indicadores do Plano de Integridade:

- 1. Quantidade de Pessoas Capacitadas em Integridade:** Luciana informou que o CNJ exige capacitação mínima sobre o tema e que cargos de chefia e membros do comitê também devem estar incluídos. Camila sugeriu reforçar a recomendação para esses públicos específicos. Luciana esclareceu que o mínimo exigido para as chefias é de 15 horas de capacitação e que a Escola Judicial já encaminha essas informações à SEGGEST, comprometendo-se a repassá-las ao comitê.

Sobre o item do e-Prevenção que exige a capacitação de empresas terceirizadas, Érika informou que não há orçamento disponível. Camila sugeriu utilizar uma cartilha desenvolvida pelo TRT-4 como alternativa, e Luciana se prontificou a entrar em contato com os servidores daquele Regional para obter o material.

2. **Percentual de Cumprimento do Plano de Integridade:** Foi informado que 40% do plano foi executado até o momento. Érika sugeriu setorizar as ações correlatas para facilitar o desenvolvimento e acompanhamento.
3. **Quantidade de Riscos à Integridade:** Foram identificados, até agora, 42 riscos à integridade, com 120 controles propostos.
4. **Percentual de Cumprimento do Plano de Tratamento de Riscos:** Apenas 9,2% dos controles foram implantados até o momento.

Alexsandra também apresentou os principais pontos de atenção. Dr. Eduardo propôs que, para cada ponto identificado, fosse incluída uma solução ou proposta de encaminhamento. Entre os destaques:

- Completar o cadastro de denúncias de assédio moral na planilha de PADs e sindicâncias;
- Incluir no painel a informação sobre a existência de TACs;
- Definir trilhas de capacitação em integridade para magistrados, servidores, terceirizados e fornecedores, para os ciclos 2025/2026;
- Sugerir que eventos promovidos por empresas terceirizadas no auditório do Pleno contemplem temas ligados ao Código de Ética e à Política de Integridade do Tribunal;
- Adequar a linguagem da Política de Integridade e da Política de Combate à Fraude e Corrupção, lançando versões simplificadas em formato de cartilha;
- Camila colocou à disposição duas colaboradoras (servidora e estagiária) com habilidades em Canva para auxiliar na adaptação do material do TRT-4 e na diagramação das cartilhas do TRT-6.

Outras propostas:

- Realização de um novo ciclo da Pesquisa de Percepção sobre Integridade e lançamento de uma campanha de divulgação. Maria Eduarda sugeriu que a campanha tenha duração de 15 dias a 1 mês para manter o engajamento do público.
- Publicação de novo Painel de Monitoramento da Integridade no portal do TRT-6 e alteração do layout da página institucional de integridade.
- Estabelecimento de um acompanhamento bimensal do Plano de Integridade e definição de prioridades para a execução do Plano de Ação.

Ao final, Dr. Eduardo agradeceu novamente a participação de todos(as), propôs o compartilhamento dos slides com os membros do comitê e informou que a ata da reunião será encaminhada para coleta de assinaturas.

6. DELIBERAÇÕES

Decisões Tomadas na Reunião do Comitê de Ética e Integridade:	
Painel de Monitoramento da Integridade e reformulação da página institucional	
• Cadastro de denúncias de assédio moral Deliberação: Completar o cadastro de denúncias de assédio moral na planilha de PADs e sindicâncias.	

Encaminhamento: O servidor Marcelo deverá entrar em contato com Joana para verificar a atribuição da planilha e garantir a atualização das informações.

- **Inclusão de informações sobre TACs**

Deliberação: Incluir no Painel de Integridade a informação sobre a existência de Termos de Ajuste de Conduta (TACs).

Encaminhamento: A servidora Alexsandra deverá promover o ajuste do painel.

- **Revisão da tabela de prazos**

Deliberação: Revisar a formatação da tabela de prazos para garantir que os períodos de recurso administrativo não sejam contabilizados como parte do prazo de conclusão das sindicâncias.

Encaminhamento: A servidora Alexsandra deverá promover o ajuste do painel.

Trilhas de capacitação em integridade para o ciclo 2025/2026:

Deliberação: Definir trilhas de capacitação específicas para magistrados, servidores, terceirizados e fornecedores.

Encaminhamentos:

- a) Pelo menos 80% das funções de chefia devem concluir os cursos de formação e comprovar a participação até uma data a ser definida;
- b) Reforçar a recomendação para que os responsáveis pelas chefias realizem cursos na área de integridade, com foco em assédio, atendendo às exigências de capacitação;
- c) A servidora Luciana comprometeu-se a enviar, por e-mail, os quantitativos relacionados aos indicadores de capacitação previamente discutidos.
- d) Alinhar a comunicação institucional para que as informações sobre os cursos sejam enviadas de forma centralizada, evitando confusões e sobreposição de mensagens

Orientações a empresas terceirizadas e cartilhas educativas

Deliberações:

- a) A equipe deverá considerar a criação de cartilhas educativas para orientar empresas externas, evitando custos adicionais;
- b) Será elaborada uma cartilha simplificada para divulgar, de forma acessível, as normas de conduta aplicáveis a magistrados, servidores e terceirizados.

Encaminhamento: Camila disponibilizou duas colaboradoras (uma servidora e uma estagiária) com habilidades em Canva para adaptar o material do TRT-4 e diagramar as cartilhas do TRT-6. Adequar a linguagem da Política de Integridade e da Política de Combate à Fraude e Corrupção, lançando versões simplificadas em formato de cartilha.

Pesquisa de Percepção sobre Integridade e campanha de divulgação

Deliberação: Realizar novo ciclo da Pesquisa de Percepção sobre Integridade, acompanhado do lançamento de uma campanha de divulgação.

Encaminhamento: Foi sugerido por Maria Eduarda que a campanha tenha duração entre 15 dias e 1 mês para garantir o engajamento dos públicos de interesse. Dr. Eduardo propôs o início da campanha no mês de junho de 2025.

Acompanhamento bimensal do Plano de Integridade

Deliberação: Estabelecer acompanhamento bimensal da execução do Plano de Integridade, com definição de prioridades para o Plano de Ação. Cabe às unidades responsáveis pela implementação da ação efetuar a atualização constante da planilha. Caso não concordem com as informações atribuídas, deverão manifestar-se formalmente. Além disso, ficou definido que a Coordenadoria de Integridade, Processos e Iniciativas Nacionais promoverá encontros setoriais, com as unidades envolvidas em ações

correlatas, para nova avaliação das prioridades anteriormente definidas e forma de implementação, se for o caso.

7. ASSINATURA DOS PRESENTES QUE APROVAM A RESPECTIVA ATA

Nome		Lotação
1	Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara	Presidência (Coordenador)
2	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro	Juíza Titular da 4a Vara do Trabalho do Recife (Vice-Coordenadora)
3	Matheus Ribeiro Rezende	Juiz Titular da 7a Vara do Trabalho do Recife
4	Izabela Luquet Lins e Silva Guimarães	Ouvidoria
5	Marcelo Pedrosa de Souza	Representante da Presidência
6	Luciano José Falcão Lacerda	Diretoria-Geral
7	Érika Antunes de Araujo Gusmão	Assessora da Diretoria-Geral
8	Cristiane Machado Nascimento	Secretaria Geral Judiciária
9	Luciana Von Sohsten	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
10	Jeane Nunes De Queiroz	Coordenadoria de Governança e Contratações e Obras
11	Alexsandra Monteiro da Silva	Coordenadoria de Integridade, Processos e Iniciativas Nacionais
12	Camila Villa-Chan Pereira Charifker	Divisão de Governança em Pessoas
13	Antiógenes Carneiro Pereira Filho	Escola Judicial